



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**  
**CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**INTERESSADO: T S DA SILVA ME**

**ENDEREÇO: R. Perdigão de Oliveira, 709 - Jôquei Clube - FORTALEZA - CE**

**CGF: 06.595.381-9**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 2014.08040-2**

**PROCESSO Nº: 1/003318/2014**

**EMENTA: ICMS - OMISSÃO DE RECEITAS. Mercadorias sujeitas à Substituição Tributária. O ilícito fora detectado pela autuante ao realizar a Demonstração dos Resultados com Mercadorias (DRM), levando em consideração os dados informados nos livros Fiscais. Decisão amparada nos Arts. 3º, inc. I; Art. 127, inc. I, e § 2º, inc. VI; Art. 169, inc. I; 174, inc. I; e 874, todos do Dec. nº 24.569/97. Infringência ao artigo 18 do Decreto 24.569/97. Penalidade prevista no art. 126 da Lei nº 12.670/96 (alterada pela Lei nº 13.418/2003). Autuação PROCEDENTE. AUTUADO REVEL.**

**JULGAMENTO Nº:**

1992/15

**RELATÓRIO**

O autuante relata na peça inicial: "Omissão de Receita identificada através de levantamento financeiro/fiscal/contábil, referente a mercadorias isentas, não tributadas ou sujeitas a Substituição Tributária. A planilha de fiscalização do ICMS apresentou omissão de receitas de mercadorias sujeitas à Substituição Tributária, no valor de R\$1.051.397,61, referente operações de saídas no exercício de 2012, conf. Inf. complementar anexa."

✍

**Processo nº1/003318/2014**  
**Julgamento nº 1492/15**

**fl. 02**

Após apontar os dispositivos legais infringidos, o autuante aplicou a penalidade que se encontra prevista no artigo 126, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/2003.

Instruem o processo a seguinte documentação:

Informações complementares fls.3;  
Mandado de Ação Fiscal nº 2014.08628 fls. 4;  
Termo de Início de Fiscalização nº 2014.07446 fls. 5;  
Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2014.22328 fls. 6;  
Cópia Aviso de Recebimento Auto de Infração fls. 6;  
Aviso de Recebimento Auto de Infração fls. 7;  
Planilha DRM/outros fls. 8/10;  
Protocolo de Entrega de AI/Documentos nº 2014.09242 fls.11;  
Aviso de Recebimento Auto de Infração fls. 13;

Decorrido o prazo legal para pagamento/apresentação de defesa, sem que o autuado se manifestasse, lavrou-se o Termo de Reclamação, constante às fls. 14.

É, em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Trata o presente processo de Auto de Infração lavrado com a acusação de ter a empresa em questão omitido receitas de Mercadorias sujeitas à Substituição Tributária.

No caso "sub judice" observamos que a empresa foi intimada a apresentar os Livros e Documentos Fiscais através do Termo de Início de Fiscalização nº 2014.07446 fls. 5.

O ilícito fora detectado pelo autuante ao realizar a Demonstração dos Resultados com Mercadorias (DRM), levando em consideração os dados informados na DIEF, nos livros Fiscais e Contábeis e nos sistemas da SEFAZ/CE.

A prova da existência do fato gerador, demonstrando a efetiva ocorrência dos fatos tributáveis, fora acostada pela autuante aos autos às fls. 8/9.

✍

No que diz respeito ao mérito, a empresa não apresentou nenhum erro no Demonstrativo elaborado pelo autuante de modo a contrariar a acusação fiscal. A imputação dirigida ao interessado guarda total conformidade com a legislação, uma vez que está comprovada a omissão de receitas.

Dispõe a nossa legislação que a saída de mercadoria deve se fazer acompanhar da respectiva nota fiscal, a qual deve ser emitida antes da saída da mercadoria e de acordo com as operações realizadas - Arts. 127, inciso I, e § 2º, inciso VI, bem como os Arts. 169, inciso I, e 174, inciso I, do Dec. nº 24.569/97, senão vejamos:

“Art. 127. Os contribuintes do imposto emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

I - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1 - a”;

“Art. 169. Os estabelecimentos, excetuados os de produtores agropecuários, emitirão Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, Anexos VII e VIII:

I- sempre que promoverem a saída ou entrada de mercadoria ou bem”.

“Art. 174. A nota fiscal será emitida:

I- antes de iniciada a saída da mercadoria ou bem”.

A infração em questão, está demonstrada no presente processo, não restando dúvidas quanto ao ilícito cometido pela autuada, nos termos do que dispõe o Art. 874 do Dec. nº 24.569/97.

Sendo assim, somos pela procedência do feito fiscal aplicando a penalidade descrita no Art. 126 da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.

7

Processo nº1/003318/2014  
Julgamento nº 1492/15

fl. 04

### DECISÃO

Isto posto, julgamos **PROCEDENTE**, a ação fiscal, intimando o autuado a recolher aos cofres do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, a importância de **R\$ 105.139,76 (cento e cinco mil, cento e trinta e nove reais e setenta e seis centavos)**, ou interpor recurso em igual prazo ao Conselho de Recursos Tributários.

### DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo.....R\$	1.051.397,61
MULTA (10%).....R\$	105.139,76
<b>TOTAL GERAL .....</b> R\$	<b>105.139,76</b>

Célula de Julgamento em 1ª Instância, aos 15 de junho de 2015.

  
Taís Eliane Sampaio de O Libos  
Julgadora Adm. Tributário